

**III CONPES – Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária**  
“A economia solidária diante da grande crise pandêmica”  
21 a 23 de setembro de 2021

**UM OLHAR SOBRE AS DINÂMICAS DOS AGRICULTORES  
FAMILIARES EM FORMATOS ASSOCIATIVOS DA BAHIA COM  
BASE NO CENSO AGROPECUÁRIO**

**Eliene Anjos - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**

E-mail: [elieneanjos@ufrb.edu.br](mailto:elieneanjos@ufrb.edu.br)

**Ana Georgina Rocha - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**

E-mail: [anageorgina@ufrb.edu.br](mailto:anageorgina@ufrb.edu.br)

**Vinicius Ferreira - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**

E-mail: [viniciusdejesus13@gmail.com](mailto:viniciusdejesus13@gmail.com)

**Cristina Lima - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**

E-mail: [cris123.cris.cl@gmail.com](mailto:cris123.cris.cl@gmail.com)

**Resumo**

A Bahia é o estado com maior número de estabelecimentos agropecuários, no entanto, a situação de vulnerabilidade socioeconômica dos diversos segmentos que compõem os agricultores familiares ainda é flagrante. O Censo Agropecuário 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, reafirma a importância da agricultura familiar para a economia baiana. Foram mapeados 762.848 estabelecimentos agropecuários no estado, dentre esses, 593.411 são identificados como de agricultores familiares, o que corresponde a 78% da totalidade da Bahia. A agropecuária baiana ainda tem um percentual baixo de associação, seja em entidades de classe ou em organizações econômicas, são 277.755 estabelecimentos associados. Por outro lado, desse montante, 223.185 (80,35%) são de agricultores familiares, revelando que a organização associativa é uma estratégia relevante para esse segmento enfrentar as dificuldades que persistem para reproduzir seu modo de vida, produzir e acessar mercados. Nesse contexto, as cooperativas e associações da agricultura familiar estão contribuindo para diversificar os canais de comercialização, as práticas produtivas e assegurar alimentos saudáveis. A partir do Censo Agropecuário 2017, esse estudo selecionou um conjunto de variáveis com o intuito de caracterizar os agricultores familiares que estão organizados em algum formato associativo, enfatizando as práticas das cooperativas quando apresentam alguma singularidade em relação às demais modalidades coletivas. As análises apontam que a inserção em cooperativas está redimensionando o destino da produção do autoconsumo para a comercialização, em maior proporção, se comparada às associações. Ademais, indicam que problemas históricos persistem, como a área reduzida dos estabelecimentos e a falta de assistência técnica.

## **Introdução**

Ainda que seja um segmento estratégico para o Brasil, a agricultura familiar enfrenta inúmeros desafios para sua sustentabilidade e para superação das suas fragilidades socioeconômicas. Dentre esses desafios, ressalta-se a necessidade de diversificar os canais de comercialização de seus produtos, considerando que o acesso aos mercados envolve diferentes elementos da cadeia produtiva como produção, beneficiamento e comercialização, além de um conjunto de aspectos relacionados com o processo organizativo dessa categoria.

O Censo Agropecuário 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, reafirma a importância da agricultura familiar para a economia baiana. Foram mapeados 762.848 estabelecimentos agropecuários no estado, dentre esses, 593.411 são identificados como de agricultores familiares, com 89% classificados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf B, agrupamento que reúne os mais vulneráveis desse segmento. Os estabelecimentos familiares baianos são dirigidos majoritariamente por homens, 443.551 deles, enquanto 159.860 têm as mulheres como condutoras. Quanto ao perfil racial, 443.851 (74,8%) pertencem a população negra, dos quais 124.728 (28,1%) são conduzidos pelas mulheres agricultoras negras.

A agropecuária baiana ainda tem um percentual baixo de associação, seja em entidades de classe ou em organizações econômicas, são 277.755 estabelecimentos associados. Por outro lado, desse montante, 223.185 (80,35%) são de agricultores familiares, revelando que a organização associativa é uma estratégia relevante para esse segmento enfrentar as dificuldades que persistem para reproduzir seu modo de vida, produzir e acessar mercados.

O Censo Agropecuário 2017 revelou o crescimento do cooperativismo rural no país nos últimos anos. No Brasil, 579,5 mil estabelecimentos estão associados à cooperativas, abrangendo 11,4% do total de estabelecimentos agropecuários do país. Em relação ao último Censo de 2006, foi observado um aumento de 67,3%. A Região Sul apresenta o maior percentual de estabelecimentos associados a cooperativas (54,1% do total), seguido pela Região Sudeste (28,6%).

A Região Nordeste concentra 45,8% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Embora responda apenas por 5,8% do total de estabelecimentos associados a cooperativas no país, o Nordeste tem nesse formato associativo uma estratégia importante para a promoção do desenvolvimento da sua agropecuária e, de forma mais ampla, do próprio espaço rural, já que esse segmento tem relevância para a ocupação de parcela significativa da população do campo.

Diversos estudos têm demonstrado a expansão das cooperativas, em especial no segmento da agricultura familiar, e a sua importância para o desenvolvimento socioeconômico (ANJOS; ROCHA; SILVA; SIMÃO, 2020). Isso se expressa, por exemplo, em políticas públicas como o Programa Ater Mais Gestão, voltado para a qualificação da gestão das cooperativas. Políticas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE criaram novas oportunidades para as organizações da agricultura familiar, com a Lei 11.947/2009 que criou a obrigatoriedade de, no mínimo, 30% da compra de produtos da alimentação escolar da agricultura familiar. Mas, também, impuseram novos desafios, exigindo uma gestão mais profissionalizada para a inserção nesses mercados. No âmbito estadual, destacam-se também ações como o Projeto Bahia Produtiva, da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, empresa pública vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR do estado, direcionado para o fortalecimento das organizações econômicas de agricultores familiares, através da melhoria de infraestrutura para produção/comercialização, apoio à gestão e ao acesso ao mercado.

Dentre os estabelecimentos agropecuários associados às cooperativas no Brasil, 71,2% são classificados como familiares, evidenciando a importância do cooperativismo para esse segmento. É importante destacar que, no Brasil, do total de estabelecimentos agropecuários, ainda de acordo com os dados do Censo Agropecuário 2017, 76,8% são classificados como familiares, totalizando 3,89 milhões de explorações familiares. A Região Nordeste concentra 47,2% dos estabelecimentos familiares do país.

Dos estados nordestinos, a Bahia é o que apresenta o maior número de estabelecimentos agropecuários. Dentre os 593.411 identificados como da agricultura familiar, 38% (223.185) estão vinculados à formatos associativos, dentre esses formatos, 9.750 estabelecimentos de produtores estão em cooperativas. O estudo em curso foca justamente a totalidade dos estabelecimentos associados, com o objetivo de caracterizar os agricultores familiares que estão organizados em algum formato associativo, enfatizando as práticas das cooperativas quando apresentam alguma singularidade em relação às demais modalidades coletivas.

Para alcançar o objetivo delineado, manuseou-se os dados do Censo Agropecuário 2017 do IBGE. Sabe-se que a organização associativa desempenha papel primordial para assegurar os direitos básicos de cidadania, a partir da década de 1990, seja no sentido de legitimar a aposentadoria rural, através da contribuição sindical, seja pela participação em associações e cooperativas que se constituem em fórum de reivindicações de melhorias nas condições de vida e canais estratégicos de comercialização. Nessa direção, o estudo

selecionou um conjunto de variáveis que permitissem caracterizar os estabelecimentos e os agricultores familiares associados, tais como: i) finalidade da produção; ii) renda obtida nas atividades do estabelecimento; iii) acesso à assistência técnica, iv) área dos estabelecimentos, v) condição legal das terras, dentre outras. A análise das variáveis permite traçar um panorama das condições socioeconômicas dos agricultores familiares associados.

### **Contextualização da agricultura familiar da Bahia**

Apesar da noção conceitual da agricultura familiar ser fruto de várias contendas entre os pesquisadores desse campo de estudo, pois reúne categorias sociais diversificadas e resulta de uma construção política, ela unifica segmentos dos espaços rurais que reivindicam direitos junto ao setor público e representação junto à sociedade. Nesta perspectiva, vale salientar que os agricultores familiares somente foram contemplados pela política pública na década de 1990, com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf e os programas de reforma agrária. Nestas ações, os agricultores mais empobrecidos passam a ser reconhecidos como atores políticos e como sujeitos e beneficiários diretos de políticas públicas (GUANZIROLI; SABBATO; BUAINAIN, 2011). É nesta conjuntura de luta pelos direitos que, em 1999, se dá a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, extinto em 2016 pelo governo Temer, e a multiplicação de organizações econômicas da agricultura familiar.

Estas organizações abarcam uma diversidade de modalidades associativas e formas de fazer agricultura que se diferenciam de acordo com tipos diferentes de famílias. Para Guanziroli, Sabbato e Buainain (2011), a heterogeneidade de subcategorias encontradas no conceito de agricultura familiar está relacionada à diversificação da formação dos grupos ao longo da história, às heranças culturais variadas, à experiência profissional e de vida particulares, ao acesso e à disponibilidade diferenciada de um conjunto de fatores, entre os quais os recursos naturais, o capital humano e o capital social.

Em virtude de tais características, o rural se torna pluriativo e multifuncional, envolvendo assim as funções produtivas, ambientais, ecológicas e, principalmente, sociais, resultando em condições particulares dos grupos, bem como em oportunidades criadas pelo movimento da economia como um todo e por meio das políticas públicas. Nesta perspectiva, marcada por lutas e por uma construção identitária da categoria, o Pronaf representa a inclusão da categoria nas políticas públicas para o meio rural. Nestas ações, os pequenos

produtores passam a ser reconhecidos como verdadeiros atores políticos e como sujeitos e beneficiários diretos de políticas públicas (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008).

É no processo de mobilização e organização dos agricultores familiares que estes adquirem reconhecimento das suas lutas, do potencial produtivo e das ocupações criadas no meio rural, não apenas da própria família, pois também contribui com outras atividades diversificando as feiras e integrando cadeias agroindustriais. Por conta desse diagnóstico que Guanzioli, Sabato e Buainain (2011) destacam a necessidade de políticas públicas eficazes e capazes de reduzir as desvantagens geradas graças à ausência de ações públicas no meio rural, como o déficit de infraestrutura e a elevada concentração da propriedade de terra.

Portanto, conhecer a dinâmica dessa categoria, particularmente o contexto baiano, é essencial para vislumbrar os desafios que precisam ser enfrentados para superar as profundas desigualdades que caracterizam as comunidades rurais do estado. Além de estimular a adesão à cooperativas e associações como estratégia de organização econômica e política.

Ainda assim, é visível as distinções das condições socioprodutivas dos segmentos familiares dos não-familiares. Couto Filho (2007) ressaltou nos seus estudos a existência de dois novos mundos rurais baianos, com características bem diferenciadas: o “novo rural atrasado” e o “novo rural desenvolvido”. Nesse rural “atrasado”, “as atividades econômicas são menos rentáveis, o trabalho é de baixa qualificação, além de precário no que diz respeito às suas condições e ao cumprimento das obrigações legais.” (COUTO FILHO, 2007, p. 66). Esse “atrasado” está relacionado com parte expressiva dos estabelecimentos agropecuários familiares.

Não obstante, a produção familiar tem participação significativa no produto interno bruto (PIB) do estado. Considerando o valor da produção dos estabelecimentos agropecuários baianos, a agricultura familiar contribui com 24,53% do total produzido no estado.

Os dados do Censo Agropecuário 2017 apontam o número de estabelecimentos por classes de atividades, a agricultura familiar baiana predomina na quase totalidade das culturas: 82,4% dos estabelecimentos que cultivam hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura; 79,4% dos estabelecimentos com lavouras temporárias, e 76,7% com lavouras permanentes. Dentre as lavouras temporárias, destaque para o cultivo de cana-de-açúcar (86,2%) e fumo (85,3%). Nas lavouras permanentes, o cultivo de frutas (exceto laranja e uva), abrange 79% dos estabelecimentos familiares e o cacau é produzido por 78% dos agricultores familiares. Vale destacar, também, a cultura do café em 71,7% dos estabelecimentos agropecuários familiares.

A diversidade das lavouras da agricultura baiana não minimiza as dificuldades enfrentadas por aqueles que se reproduzem nessa atividade, no entanto, ressaltar tal diversidade contribui para valorizar a produção familiar e sua importância no estado apesar dos limites econômicos. Cabe destacar que são práticas mais sustentáveis além de contribuírem com a segurança alimentar pelo autoconsumo e a produção de alimentos mais saudáveis.

### **Apoiar as organizações econômicas: um caminho para fortalecer a agricultura familiar**

O reconhecimento da categoria social agricultor familiar não deve ser entendido como uma mera consideração formal, pautada em leis e políticas públicas, mas como um processo complexo de construção de grupos ou categorias sociais rurais inferiorizadas historicamente e em luta por fazer-se reconhecer frente a outros atores e perante o Estado. Nesta mesma perspectiva, reafirma-se a luta por políticas públicas voltadas para as formas associativas dos agricultores familiares, como as cooperativas e associações de produtores, pois sem um conhecimento prévio de gestão, inúmeros agricultores assumem as funções administrativas tendo como grande desafio concorrer com as empresas mercantis com gestão profissionalizada em um mercado altamente competitivo e seletivo.

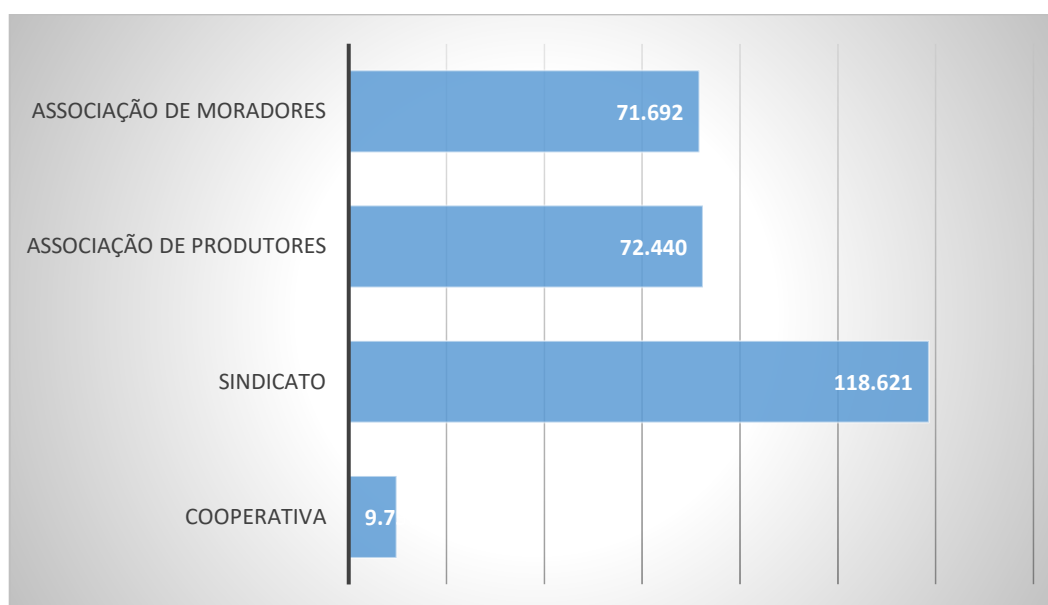
As pesquisas realizadas por Anjos (2012) revelaram que o movimento cooperativista, já nas últimas duas décadas do século XX, respondia por demandas distintas. A autora destacou a ascensão das cooperativas nos espaços urbanos para gerar trabalho e renda como reação ao desemprego, e nos espaços rurais abarcando modalidades alternativas de produção e inserção nos mercados para agricultores familiares que utilizam da associação e da cooperação para diversificar os canais de comercialização.

Ainda que os dados do Censo Agropecuário 2017 não demonstrem relevância estatística das cooperativas entre a totalidade dos agricultores familiares da Bahia, esta modalidade organizacional dissemina-se, seja por iniciativa da sociedade civil ou pelo fomento das políticas públicas, trazendo em seu bojo a necessidade da capacitação técnica que resulte em uma gestão qualificada para inserir a produção familiar no mercado em condições de competitividade. Além disso, faz-se necessário formar os agricultores familiares que se transfiguram em gestores para efetivar a política pública que assegura a reserva de mercado nas compras governamentais, a exemplo do Programa Nacional da Alimentação Escolar – PNAE.

Outro aspecto a ser considerado para superar a situação de vulnerabilidade socioeconômica da agricultura familiar no estado, tanto para os estabelecimentos quanto para as associações e cooperativas, é a efetivação do serviço de assistência técnica. Segundo Anjos et al. (2020), a presença desse serviço com regularidade no Território de Identidade do Sisal possibilitou maior organização coletiva e participação mais expressiva no PNAE se comparada aos demais territórios do estado. Esta perspectiva também está presente em Silva, Reis e Couto (2020) ao apontarem como um dos grandes desafios para fortalecer a agricultura familiar a valorização da política de assistência técnica e extensão rural, ainda tão incipiente na Bahia.

### Caracterização dos/as agricultores/as familiares associados/as

Dos 593.411 estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar registrados pelo Censo Agropecuário 2017, na Bahia, 38% (223.185) dos produtores estavam associados a alguma organização coletiva, como demonstrado no Gráfico 1.



**Gráfico 1 – Tipos de Associação do/a Agricultor/a Familiar**

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (2019)

A organização com maior adesão é a sindical, com 53% dos agricultores, seguida pela associação de produtores, com 32,4%. O número de associados a cooperativas ainda é reduzido, se comparado a outros formatos, 4,4%. No entanto, quando comparado ao número total de estabelecimentos agropecuários baianos associados a cooperativas, 14.567, os

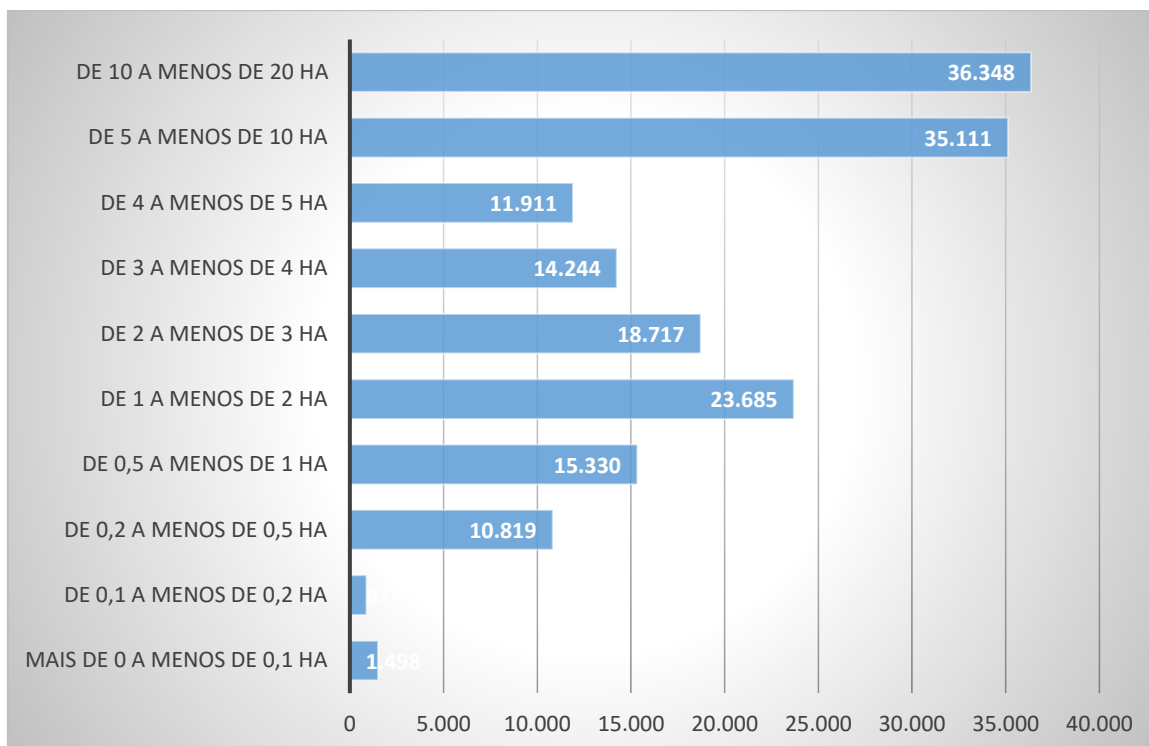
pertencentes aos agricultores familiares representam 68%. Esses dados demonstram que, em certa medida, há uma expansão da associação e cooperação como estratégia para superar a situação de vulnerabilidade socioeconômica que ainda persiste nos espaços rurais do estado.

Para os agricultores familiares baianos, a produção para o autoconsumo continua sendo importante, são 283.044 estabelecimentos agropecuários que apresentam esse destino como finalidade principal da sua produção. Dentre esses, estão 39% (111.824) de estabelecimentos associados. Quando comparada a finalidade principal da produção no conjunto dos estabelecimentos associados, aqueles que destinam para o autoconsumo e os que disponibilizam para a comercialização estão proporcionalmente empatados, 50,1% e 49,9%, respectivamente. Essas estatísticas sugerem que a associação não se dá apenas por objetivos econômicos, como ampliar o volume de produção e reduzir os custos de transação, há outras dimensões do agir coletivo presentes. Escrutinando a finalidade da produção para aqueles estabelecimentos associados às cooperativas, aqueles que destinam principalmente para a comercialização somam 67%, já entre as associações de produtores são 52%.

O alto percentual de produção para o autoconsumo pode ser uma das explicações para o papel complementar da renda obtida com as atividades desenvolvidas no estabelecimento agropecuário do agricultor associado. Para 71,3%, a renda oriunda de outras atividades é maior do que a obtida pelas atividades do seu estabelecimento. Esse dado também pode ser um indício dos limites para assegurar a reprodução familiar apenas com as atividades agrícolas na propriedade e de uma tendência à pluriatividade das famílias rurais, com a necessidade de diversificação das atividades (agrícolas e não agrícolas). Comparando as estatísticas entre os formatos associativos, aqueles estabelecimentos que seus produtores estão em cooperativas apresentam um percentual menor do peso da renda fora do estabelecimento do que aqueles que não estão, 55,2%. Em outros termos, para 44,8% dos estabelecimentos dos quais o produtor é sócio de cooperativa, a renda obtida pelas atividades que ali são desenvolvidas é maior do que as outras entradas do produtor. Essa constatação reforça o papel do cooperativismo da agricultura familiar para valorizar economicamente sua produção.

Quanto às áreas disponíveis para a produção desses estabelecimentos, estão demonstradas no Gráfico 2.





**Gráfico 2 – Grupos de área total dos estabelecimentos agropecuários associados**

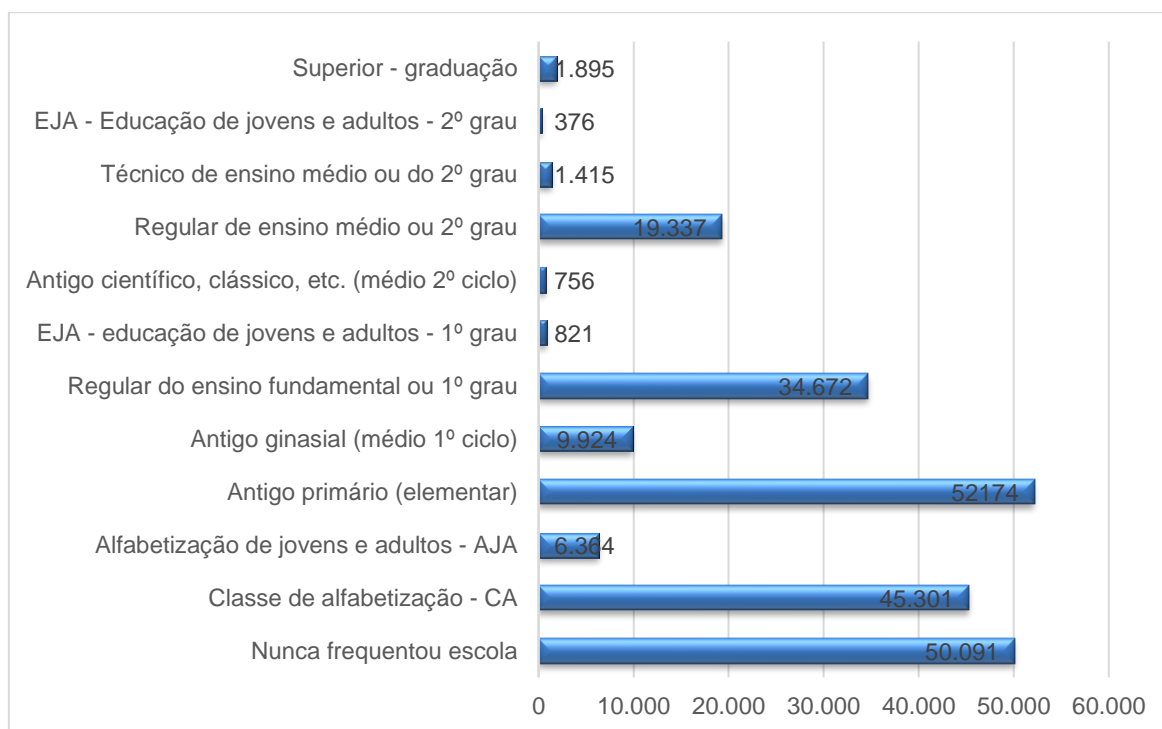
Fonte: Censo Agropecuário 2017 (2019)

Dos 223.185 estabelecimentos associados, 168.540 informaram o tamanho da propriedade. Desses, 57,6% têm até 5 hectares, o que demonstra o tamanho do desafio dos agricultores familiares para assegurar a reprodução do núcleo familiar em espaços produtivos reduzidos. Quanto à condição legal desses agricultores em relação às terras, 88% afirmaram que são os proprietários, apenas aqueles que estão em associação de produtores apresentam um percentual um pouco menor se comparado à totalidade do universo investigado (84,5%).

Uma variável que expressa os limites para agregar valor aos produtos desse agrupamento familiar é a baixa incidência da produção orgânica. Somente 51 agricultores de cooperativas e 123 de associações de produtores fazem uso da agricultura ou pecuária orgânica. Por outro lado, em 184.078 (82,5%) estabelecimentos não existe o uso de agrotóxicos, segundo afirmaram os agricultores associados. Cabe destacar que entre aqueles agricultores que estão em cooperativas, o percentual que não utiliza o produto químico é um pouco menor, 78,2%.

No universo dos estabelecimentos associados, quando instados à identificarem o sexo do produtor, 158.020 (70,8%) são de homens e 65.165 (29,2%) são de mulheres. A proporção de homens agricultores associados a cooperativas é mais alta, 81%, restando 19%

de mulheres cooperadas. Somente 11,4% da totalidade dos estabelecimentos associados recebem assistência técnica e 78% desses agricultores familiares residem no próprio estabelecimento agropecuário. Dessa população associada, 33,6% não sabem ler e escrever. Os demais níveis de escolaridade estão demonstrados no Gráfico 3.



**Gráfico 3 – Escolaridade dos agricultores/as familiares associados/as**

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (2019)

O nível de escolarização da maioria dos agricultores ainda é muito baixo, 67% estudaram somente até o primeiro grau (ensino fundamental). Esse contexto, somado à presença majoritária de agricultores familiares baianos com perfil etário acima de 45 anos (76,7%), dimensiona o tamanho dos desafios para a superação das desigualdades nas comunidades rurais. Esse contexto, aliado com a quase inexistência da assistência técnica, já que mesmo a maioria que está inserida nas cooperativas (66,5%) e nas associações de produtores (83,3%) não tem acesso a esse serviço, impõe sérios reveses para que os estabelecimentos contribuam de forma majoritária na composição dos rendimentos familiares.

O estado da Bahia extinguiu, em 2014, a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A. (EBDA) que atuava na prestação de serviços de assistência técnica, extensão rural e pesquisa agropecuária, e criou, em 2015, a Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (Bahiater). A reestruturação da ATER no estado não ampliou,

tampouco fortaleceu, os segmentos que dependem dessa política. Por não ter um quadro técnico efetivo para desempenhar o serviço, a Bahiater tornou-se uma contratante de organizações vencedoras dos editais públicos. Esse formato de atuação do estado, expresso pelos acordos de parceria entre o poder público e entidades civis, recebe inúmeras críticas quanto à sua real capacidade de responder às carências técnicas das comunidades rurais. Essa estratégia se, de um lado, permite maior diálogo entre a sociedade civil organizada e os executores da política pública, de outro lado, a torna descontínua devido aos atrasos nos repasses dos recursos (SILVA; REIS; COUTO, 2020). Esse contexto pode explicar o percentual reduzido de agricultores cooperados que têm orientação técnica na Bahia, 33,5%. No entanto, é preciso ressaltar que esse percentual ainda é bastante expressivo se comparado aos 96,2% (356.277) de agricultores familiares que não estão em nenhum formato associativo e não têm acesso a este serviço. Cabe destacar, por fim, que foram as cooperativas a entidade mais citada como responsável pelas orientações técnicas que os agricultores cooperados tiveram acesso.

### **Considerações Finais**

Embora apresente um cenário mais alvissareiro para os agricultores familiares que estão em cooperativas e associações de produtores para comercializarem sua produção, a situação socioeconômica desse segmento ainda pode ser descrita como vulnerável, uma vez que para a maioria deles, a renda principal que supre as necessidades familiares é oriunda de atividades fora do estabelecimento familiar. Essa constatação não reduz a importância do modo de vida dos agricultores, tampouco o papel desempenhado pela produção que é destinada para o autoconsumo. Quando constatamos a situação de insegurança alimentar que está se disseminando no Brasil, com as altas taxas de desocupação impulsionadas pela crise sanitária do coronavírus, assegurar o autoconsumo é uma estratégia que pode minimizar o risco eminente de passar fome em inúmeras comunidades rurais da Bahia.

Não obstante, constatar que a inserção em associações e, sobretudo, nas cooperativas, uma estratégia estimulada tanto pelas organizações que atuam com a agricultura familiar quanto pelo poder público para diversificar os canais de comercialização e possibilitar a agregação de valor aos produtos, ainda não possibilitou uma integração mais significativa da produção familiar ao mercado. Esse cenário impõe uma avaliação das políticas públicas que foram implementadas no estado com essa finalidade na continuidade da pesquisa.

O que fica evidente nas análises das variáveis do Censo Agropecuário 2017 é a importância da associação e da cooperação, ainda que de forma limitada, para alterar o quadro de desigualdade dos espaços rurais baianos. No entanto, problemas históricos persistem como as áreas reduzidas e a oferta incipiente de assistência técnica que precisa de uma reavaliação das estratégias de implementação em todo o estado da Bahia. Além disso, o perfil geracional constatado indica que os jovens não respondem pela produção e que as mulheres continuam sendo invisibilizadas do *status* de produtoras nas modalidades associativas investigadas, mas, sobretudo, nas cooperativas.

## Referências

- ANJOS, E.; ROCHA, A.G.; SILVA, D. SIMÃO, F. Reflexos do cooperativismo da agricultura familiar no desenvolvimento territorial na Bahia. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, Santa Maria/RS, vol. 7, n. 14, p. 89-101, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/41123>. Acesso em: 09/09/2020.
- ANJOS, E. **Práticas e sentidos das cooperativas de trabalho**: um estudo a partir da economia solidária. 2012. 210 fs. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.
- GUANZIROLI, C. E.; SABBATO, A. D.; BUAINAIN, A. M. Agricultura familiar no Brasil: evolução entre os censos agropecuários de 1996 e 2006. In: MATTOS, B. [et al]. **Políticas públicas e desenvolvimento**. Viçosa, MG: 2011, p. 329-374.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE/SIDRA, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 02/11/2020.
- SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócios e recursos naturais. In: FALEIRO, Fábio, G.; FARIAS NETO, A. L.; (Org.). **Agricultura Familiar e Teoria Social**. Planaltina-DF: Embrapa Cerrados, 2008, p. 990-1014.
- SILVA, E. M.; REIS, L. L. M.; COUTO, V. A. Agricultura familiar na Bahia: uma análise dos dados do Censo Agropecuário 2017. **Rev. Econ. Nordeste**, Fortaleza, v.51, p. 211-226, agosto, 2020. Disponível em

[https://www.bnb.gov.br/documents/80223/8054629/J\\_1268.pdf/42a83549-1884-bb57-18a9-8a8320e9441d](https://www.bnb.gov.br/documents/80223/8054629/J_1268.pdf/42a83549-1884-bb57-18a9-8a8320e9441d). Acesso em: 29/01/2021.